

## Motins, Emergência, Entropia e Improvisação

[Riots, Emergency, Entropy and Improvisation]

Frederico Lyra de Carvalho\*

**Resumo:** Este ensaio tenta articular três autores que têm tentado pensar o tempo presente na sua forma de crise permanente. Paulo Arantes, com a sua teoria da era da emergência, Joshua Clover, com a sua teoria da era dos motins, e Wolfgang Streeck e a era da entropia. Arantes nos servirá de fundamento teórico, enquanto que Clover nos ajudará a pensar as massas informais que se formam nos motins e Streeck nos ajudará a pensar o excesso de individualismo da situação presente. É neste último que recuperamos a ideia da necessidade de pensar a improvisação para concluir com o que poderia ser os traços gerais desta.

**Palavras-chave:** Improvisação. Motim. Emergência. Entropia. Crise.

**Abstract:** This essay attempts to articulate three authors who have tried to think about the present time in its form of permanent crisis. Paulo Arantes with his theory of the age of emergency, Joshua Clover with his theory of the age of riots, and Wolfgang Streeck and the age of entropy. Arantes will serve as our theoretical foundation, while Clover will help us think about the informal masses that form in the riots while Streeck will help us think about the excessive individualism of the present situation. It is in the latter that we recover the idea of the need to think about improvisation to conclude with what could be the general features of this.

**Keywords:** Improvisation. Riot. Emergency. Entropy. Crises.

---

\*Professor substituto na CEAC/Université de Lille. Doutor em filosofia da arte pela CEAC/Université de Lille. E-mail: lyra-fred@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1228-5480>.

Um dos problemas políticos fundamentais do nosso tempo presente parece ser os novos tipos de relação entre as massas, o coletivo de maneira geral, e o indivíduo. Por um lado, as massas emergem cada vez mais em formas instáveis que se constituem, na maior parte do tempo, por meio do consumo de mercadorias, e, por outro lado, a tendência do capitalismo contemporâneo parece ser a da acentuação ainda maior de todo individualismo. Isto em um quadro de múltiplas crises cuja consideração parece escapar cada vez menos aos analistas e tem se tornado senso comum em todo o mundo. A ideia fundamental desse ensaio é pensar este problema colocando em relação três autores distintos na tentativa de elaborar um quadro geral que gire em torno da hipótese da necessidade de uma teoria atualizada da improvisação. Neste esforço, iniciaremos com uma breve esquematização do que o filósofo brasileiro Paulo Arantes concebe como *O Novo Tempo do Mundo*, teoria que nos servirá de suporte para em seguida expormos uma tentativa de articular a teoria dos motins (*riots*) elaborada por Joshua Clover e a maneira com a qual Wolfgang Streeck descreve a vida no tempo presente, que ele tem classificado como um momento de interregno ou como a era da entropia, para finalmente concluirmos com uma hipótese esquemática em torno de alguns traços de uma teoria da improvisação por vir. Vale frisar de antemão que a

ideia de improvisação é ausente da obra de Paulo Arantes. Clover toca rapidamente no assunto, mas é de fato Streeck que toca na improvisação. Se seria um exagero dizer que ele possuiu uma teoria da improvisação, podemos dizer que a necessidade da sua elaboração está implícita no seu texto. Em uma situação de crise sistêmica na qual é cada vez mais difícil prever algo a longo prazo, há uma demanda, parece sugerir o sociólogo, para que uma teoria do curto prazo seja elaborada.

### **Era da emergência**

O diagnóstico do tempo presente elaborado pelo filósofo Paulo Arantes no seu livro publicado em 2014 nos fornece um dos quadros mais bem-acabados sobre o nosso tempo presente. *O Novo Tempo do Mundo* é uma *era da emergência*. Na sua elaboração, Arantes recupera uma ideia já antiga de Christopher Lasch que afirma que vivemos uma *era de expectativas decrescentes*. Essa situação impõe aos indivíduos um novo tipo de expectativa que, ao contrário de épocas anteriores, é cada vez mais decrescente tomando a forma de uma espera negativa. Arantes insiste que não se trata de uma percepção subjetiva, ao contrário, trata-se de um diagnóstico de época derivado de maneira objetiva da crise do sistema capitalista que se perpetua há quase meio século. Sempre se espera o pior, e o pior, de fato, tende

a acontecer. De maneira geral a sociedade mundial capitalista se encontra bloqueada e é cada vez mais sem forma determinada, isto é, informal. Em tal situação, o tempo tende à destemporalização e, conseqüentemente, a se espacializar. É como se ele passasse sem de fato passar.

De certa maneira, constata o autor, o futuro se aproxima cada vez mais como uma ameaça até coincidir com o presente que passa, por sua vez, a se perpetuar. Como se o presente se tornasse o seu próprio futuro. O futuro se encontra em suspensão. Desde a década de 1970, desde o fim do momento de “trégua” (ARANTES, 2014, p. 262) do capital, toda nova emergência catastrófica é adiada para mais tarde, como uma bomba relógio cuja eclosão é retardada indefinidamente. Cada crise traz consigo a demanda por decisões que não são tomadas, que vão sendo adiadas, e que vão se acumulando sabe-se lá até onde: 1973, 1989, 2001, 2008, 2020. Essa situação de crise contínua permite Arantes afirmar que, se antes Adorno podia falar de sociedade totalmente administrada, a situação presente estaria muito mais próxima de um “colapso administrado” (ARANTES, 2014, p. 441). Por um lado, neste colapso uma parte cada vez maior da população se encontra em uma *correria* interminável, indo de um lado para o outro sem saber muito bem o que está fazendo e nem para onde vai. Por outro lado, o novo tempo do mundo é aquele aonde, ao

menos no nível tecnológico, a resolução completa dos problemas materiais da humanidade poderia ser finalmente resolvidos. Como nem a tecnologia, nem as potencialidades oferecidas pelo sistema são simplesmente neutras, ao invés de liberdade o sistema tende a emprisar cada vez mais os indivíduos. Devido ao seu funcionamento tautológico e fetichista, o sistema não pode nem dar aquilo que promete e muito menos aquilo que seria materialmente possível. Por isso que o tempo presente diagnosticado por Paulo Arantes não é outro senão um tempo de colapso, de catástrofes e de guerras, como também o tempo da faísca da revolução.

Como tentativa de desdobramento da teoria de Paulo Arantes, tentaremos articular dois outros autores que pensam este mesmo momento do pós-1970. Por um lado, Joshua Clover aparece como um autor privilegiado para pensar as massas informes e insurgentes que se manifestam nas cada vez mais comuns situações de motins. Do outro lado, Wolfgang Streeck nos ajuda a pensar a contraparte desta ação coletiva, insiste na crescente fragmentação absoluta das sociedades que força os indivíduos a se submeterem, entre outras coisas, a situações imediatas e indeterminadas que demandem improvisação. O interesse maior de articular Streeck e Clover em detrimento de autores que pensam esta mesma época, como Harmut Rosa (2013) e a sua teoria da aceleração, Pierre Dardot e Christian La-

val (2016) e suas análises de governabilidade e estratégias dos Estados, Gregoire Chamayou (2018) e suas análises das reações do patronato ou Naomi Klein (2008) com sua teoria da estratégia do choque, é que, ao contrário destes autores que insistem em todos os seus importantes trabalhos em pensar como esse momento neoliberal é vivido pela camada dominante da sociedade, os nossos dois autores nos ajudam a dar os primeiros passos em vias da elaboração de uma teoria da improvisação que se averiguaria, é a nossa hipótese, como necessidade crescente para uma parcela cada vez maior das camadas mais baixas das sociedades do capitalismo contemporâneo na sua crise catastrófica.

### Os motins e as massas amorfas

Joshua Clover, um crítico literário pós-situacionista norte-americano, tenta elaborar uma teoria da crise do capitalismo desde os anos 1970 do ponto de vista das emergências de novos tipos de lutas sociais. Sua tese principal é que estaríamos assistindo à ascensão do motim como forma privilegiada para as lutas anticapitalistas, em detrimento da forma mais tradicional da greve. Essa tese está expressa claramente no título do seu livro publicado em 2016: *Riot. Strike. Riot.* (motim/greve/motim). Segundo o autor, viveríamos em uma *era dos motins*. Evidentemente não se trata, para o autor, de defender a tese que a

greve perdeu totalmente sua força e interesse, isto seria um absurdo. O que Clover sinaliza é outra coisa, o que estamos assistindo, insiste, é o deslocamento do eixo hegemônico das formas de luta no sistema capitalista contemporâneo. Sistema este que se encontra, desde meados dos anos 1970, em uma crise aguda de novo tipo. Como veremos, o recurso aos motins como forma informal privilegiada na luta social seria uma expressão fundamental da crise do capitalismo desde então: “uma teoria dos motins é uma teoria da crise” (CLOVER, 2016, p. 1) – o que não quer dizer que uma teoria da crise seja necessariamente uma teoria dos motins. O autor observa que, desde os anos 1970, os motins têm sido a expressão mais comum das insurreições e lutas sociais contra o momento neoliberal em todo o mundo.

A multiplicação de motins seria acima de tudo uma manifestação materialista das populações excedentes vítimas do crescente desemprego estrutural e da substituição do trabalho vivo pela maquinaria. O colapso da produção de valor – que decorre, em primeira medida, da crescente expulsão de trabalho vivo, substituído de maneira acelerada pela tecnologia microeletrônica e digital, da produção das mercadorias, tal como havia sido previsto por Marx e identificado por Robert Kurz – joga cada vez mais pessoas para fora do emprego e do trabalho formal assalariado produtor de valor. Esse novo momento

do capital é marcado, entre outras coisas, pelo desemprego crônico, que recebe o nome sociológico de desemprego estrutural. Os amotinados são aqueles que não têm mais espaço dentro no sistema como trabalhadores formais, no sentido clássico do termo. As populações excedentes, os “sujeitos monetários sem dinheiro” (KURZ, 1992) unidos pela despossessão e espalhados pelo mundo se encontram no centro dos motins.

Os motins se caracterizam pelo mutismo. Eles não apresentam nenhum programa, nem têm demandas claras. A sua característica fundamental é a reatividade. De maneira geral, o motim é uma ação coletiva sem direção nos dois sentidos deste termo. Por um lado, não há uma pessoa ou um grupo organizado que possa dirigi-lo. Além de ser necessariamente não-organizado, ele está para além das organizações. Isto não impede, obviamente, as organizações políticas as mais diversas participarem do motim, mas este necessariamente transbordará. O motim não se organiza. Por outro lado, não se sabe de antemão para qual direção ele se dirige. Ele é necessariamente ambíguo. Outro aspecto fundamental observado pelo autor é que o motim é uma tática que ganha forma na confrontação contra o Estado, ele é necessariamente violento. O aumento da importância que as polícias têm ganhado no mundo todo é também consequência do aumento dos motins (cf. RIGOUSTE, 2021). O fato de ha-

ver um deslocamento da greve para o motim sinaliza um deslocamento das lutas dos lugares de produção à circulação do capital, atingindo assim em cheio ao consumo. O motim seria a categoria privilegiada das “lutas de circulação” (CLOVER, 2016, p. 31). É importante insistir que Clover não elabora um mero elogio ou defesa dos motins. Se trata, ao contrário, de uma tentativa de conceitualização que parte da constatação empírica de ser assim que as insurreições estão acontecendo e por isso devem ser pensadas. É importante frisar, no entanto, que as análises de Clover são concentradas nos motins dos Estados Unidos, Reino Unido e, em menor medida, na França, o que não invalida evidentemente sua teoria, ao contrário, demanda uma extensão futura para melhor compreensão das especificidades da periferia do sistema.

Tendo como base os longos ciclos hegemônicos sistêmicos de acumulação do capital tal como teorizados por Giovanni Arrighi (2016), Clover divide as lutas contra o capitalismo industrial em três grandes ciclos ou eras de hegemônias de formas de luta. O primeiro momento, no qual os motins eram a forma hegemônica, se situa, *grosso modo*, entre os anos de 1740 e 1848. Este período tem como marco inicial os primórdios da Revolução Industrial na Inglaterra e se conclui com a Revolução de 1848 e as primeiras greves organizadas na Europa. Em 1842 ocorreu a primeira grande greve no Reino Unido e, logo

após a ressaca de 1848 e o golpe do 18 de Brumário de Luís Napoleão, o uso do termo greve já se estabelecia como designação para toda recusa organizada de trabalho (CLOVER, 2016, pp. 62-63). Neste primeiro período de ascensão do capitalismo industrial as lutas ocorriam prioritariamente nos portos e mercados. Isto é, nos locais de circulação do capital. Mais até do que os salários, as reivindicações giravam em torno do poder de compra dos trabalhadores, ainda, em sua maioria, desorganizados. A expropriação acentuada da possibilidade de o indivíduo garantir a sua própria subsistência tornava-o dependente de aquisição cada vez maior de produtos em um mercado público e anônimo. O pão, antes produzido pelo indivíduo ou pelos seus vizinhos, havia se transformado em mercadoria que deveria ser paga com dinheiro. Era em torno dessa passagem, da transformação da subsistência em mercadoria, que não tem nada de evidente, que as lutas se davam. Este primeiro momento de hegemonia dos motins é um momento fundamental para a mercantilização e racionalização de diversas atividades que até então estavam às margens do domínio do capital. Uma diferença fundamental era que, além de ser um momento de expansão do capital, a dinâmica do sistema, ao menos nos países centrais, era inclusiva. O movimento do capital era o de incluir cada vez mais pessoas como trabalhadores nos seus moinhos de vento.

O segundo momento, o da estruturação da forma clássica da luta de classes, gira em torno da forma greve. Este é o momento em que a greve é a forma hegemônica de luta. É o momento da organização da classe trabalhadora em partidos e sindicatos. Na periodização de Clover, esta hegemonia dura de 1848 a 1973, ano do primeiro choque do petróleo e do colapso de Bretton Woods. A greve corresponderia, afirma Clover, à forma de luta mais apropriada contra o fordismo, a forma mais bem-acabada do capitalismo industrial. As fábricas eram o seu local privilegiado, enquanto que o salário e os direitos eram as demandas principais. A luta se articulava entre o capital e o trabalho, sobretudo na forma de direito contra direito, diria Marx. Do ponto de vista das greves, a ruptura que ocorre na década de 1970 é determinante, pois, segundo Clover, seria a partir deste momento que elas se tornariam mais defensivas. Ou seja, desde então a maior parte das greves são cada vez menos por novos direitos, elas têm cada vez mais como demandas principais a manutenção dos empregos e até mesmo a preservação dos locais de trabalho, sobretudo das fábricas. Desde então, de maneira geral, a greve é menos contra o capital e mais pela manutenção de um certo estágio mítico onde a máquina de moer gente aparecia como supostamente civilizadora. Vale observar que a idade das greves se inicia com o fracasso de uma Revolução e termina com outro fracasso

retumbante, o Maio 1968.

A passagem da greve ao motim, cuja virada teria ocorrido em 1973, foi precedida por uma década de radicalização e lutas raciais no núcleo do sistema. Foi o movimento negro norte-americano, sobretudo, o enorme motim que ocorreu em todo o país após o assassinato de Martin Luther King, que teria antecedido a mudança hegemônica na forma das lutas. A nova modalidade do motim que emerge com o início do momento neoliberal difere em muitos aspectos da era precedente. Além do deslocamento da produção para a circulação, as lutas passam a ser cada vez mais centradas no consumo. Diferentemente da primeira era dos motins, onde a luta era por subsistência, o novo momento presente aparece, e de fato se estrutura, como uma sociedade do consumo. O consumo contemporâneo vai muito além da mera subsistência e passa por praticamente todos os aspectos da existência. Uma diferença fundamental, por exemplo, é que praticamente toda produção cultural é hoje em dia industrializada, o que não ocorria anteriormente. A identidade do sujeito, antes associada ao seu trabalho, é agora reduzida a objeto de consumo. Um dos limites do motim contemporâneo é que parte das lutas são não só pela sobrevivência como também pela integração, mediante o consumo, no mercado cultural.

Por se tratar de uma crise estrutural do sistema, o “arco da acumulação”

do capital também muda de direção. Se antes havia um movimento ascensional de expansão e inclusão dos indivíduos, agora nos deparamos com um movimento de crise, desintegração e expulsão cada vez maior das populações do trabalho. O que termina criando um contingente excedente de pessoas cada vez maior. Estas lutas são uma consequência da crise estrutural do capitalismo – que se expressa, entre outras coisas, pelo deslocamento das fábricas dos países do centro para os países da periferia do sistema, complexificando as cadeias de produção internacionais em um movimento que ficaria conhecido mais tarde como globalização, sem esquecer do seu parceiro íntimo, a financeirização do capital. A deslocação dos postos de trabalho associada ao desenvolvimento tecnológico contribui largamente para o movimento de expulsão dos trabalhadores. O centro de gravidade se desloca para a circulação, que não produz valor, mas que é onde o capital, ao menos teoricamente, aparece como mais fraco na sua prática crescente do *just in time*. O local das lutas não é mais a fábrica, como também não é o porto ou o mercado: neste novo momento, o motim ocorre sobretudo nas ruas e nas praças. Os motins são insurreições urbanas.

Clover considera o motim de 1992 em Los Angeles como o ponto de virada absoluto para que a era dos motins se configurasse. Do ponto de vista das greves, poderíamos dizer que foi Ro-

bert Kurz quem de certa forma deu o melhor diagnóstico da sua obsolescência. No seu ensaio “Os últimos combates” (1998), o autor analisa, entre outras coisas, o fracasso da greve de 1995 na França como o canto do cisne da classe operária e de suas formas de lutas tradicionais. Teria sido nesse momento, no encontro entre Los Angeles e Paris, logo após o fim da Guerra Fria, que a transição da hegemonia da greve ao motim teria se concluído – o que é bem diferente de dizer que não há mais greve e que esta não serviria mais para nada. Os motins que ocorreram em toda a França no ano de 2005 marcam uma acentuação e radicalização dessa tendência, anunciando Tottenham em 2011, Ferguson em 2014, o Occupy Wall Street e, sobretudo, todas as lutas que entram no pacote da Primavera Árabe. Como o livro foi publicado em 2016, o autor não presenciou nem o *estallido* chileno, nem os Gillets Jaunes na França, movimentos insurrecionais que talvez tragam alguma novidade. Nos Estados Unidos, observa Clover, quase todo motim decorre de uma reação explosiva a um assassinato de um negro. Não foi outro o estopim da insurreição George Floyd, em 2020. Clover é bastante otimista no que concerne as possibilidades abertas pelos motins. Ele chega a imaginar uma sequência lógica, embora ainda latente, para o desenrolar desta forma de luta: “o motim, o bloqueio, a ocupação, e, longe no horizonte, a comuna” (CLOVER, 2016, p. 31). O re-

torno daquilo que não foi realizado nas comunas do passado, sobretudo na Comuna de Paris, é tratado como uma possibilidade concreta que apontaria para além da situação atual: “a comuna é uma tática que também é uma forma de vida”, diz Clover (2016, p. 191). Ao mesmo tempo, no título do capítulo final do livro o autor sinaliza a ambiguidade desta mesma ideia: “Comuna e catástrofe”. Isto é, aquilo que anuncia a comuna pode rapidamente se transformar no seu contrário e agravar as tendências catastróficas em curso. Seguindo este fio, não deixa de ser curioso lembrar que na sua intervenção na rua em meio aos motins de Junho-2013, Paulo Arantes tenha evocado esta mesma ideia: “Imaginem uma cidade de 50 mil habitantes, uma cidade pequena. 30 mil saem às ruas, entram na prefeitura e tiram de lá o prefeito e os vereadores a pontapés. Começam a pôr ordem na casa: poder popular. Ou seja, outra reformulação de organização da vida. Se em 15 dias você tem 5 comunas, dali mais alguns já são 100: aí começa a ter uma outra conversa política, poder popular urbano. Isso é um devaneio, obviamente” (ARANTES, 2013).

O motim e a sua transfiguração em comuna tem fracassado, sobretudo, por bater continuamente em um limite exterior que aparece mais explícito neste momento de crise do capital que nos momentos precedentes: o Estado, e, com ele, a polícia. O motim é necessariamente ilegal, ele se coloca sempre con-

tra o Estado. Diante dos amotinados, o Estado aparece sempre na figura do policial. Com a crise estrutural do capital, o Estado aparece no lugar da violência do trabalho, e a mediação que ele estabelece com a população excedente só tem sido possível de maneira violenta. O aparelho policial, cada vez mais o coração de todos os Estados do mundo, impõe um limite ao motim ao qual este deve necessariamente se confrontar tentando ultrapassá-lo, ou mesmo aboli-lo. O confronto contínuo com este limite, até aqui insuperável, torna a interrupção da circulação de mercadorias operada pelos motins mais simbólica do que concreta. No ar, podemos sentir a sensação de ensaio geral de uma peça que não tem conseguido começar, e que pode de fato nunca se iniciar. “O mercado, a polícia, a circulação. Estas não são situações em que qualquer superação final é possível; são onde as lutas começam e florescem, desesperadamente” (CLOVER, 2016, p. 48). Há ainda um outro limiar imanente e prático no qual Clover toca brevemente:

greve e motim são lutas práticas sobre a reprodução dentro da produção e circulação, respectivamente. Suas forças são igualmente as suas fraquezas. Fazem usos estruturados e improvisados do dado, mas é um terreno que eles não fizeram nem escolheram. O motim é uma luta de circulação, porque tanto o capi-

tal como os seus despossuídos foram levados a procurar a sua reprodução lá (CLOVER, 2016, p. 46).

Os motins são obrigados a improvisar as suas trajetórias e seus alvos. Nenhum dos dois é possível de ser previsto de antemão. O motim pede por uma teoria apta a lidar com o curto prazo em toda a sua dimensão negativa e contraditória. A ação coletiva da massa amotinada é provisória, frágil, ela esbarra num limite e é conseqüentemente forçada a improvisar. Diante desta condição, falta saber como improvisar sem aceitar pacatamente o que o horizonte de expectativas decrescentes traz consigo.

### **Indivíduos improvisadores**

No seu livro *Buying time*, o sociólogo Wolfgang Streeck analisa o desenrolar da crise do sistema capitalista desde os anos 1970 de um ponto de vista financeiro. Este período, diz ele, pode ser dividido em quatro grandes momentos que não foram resolvidos e tem se acumulado uns sobre os outros: inflação, dívida pública, dívida privada e financeirização da própria finança. Além da sua face econômica, esta crise seria também política e de legitimação. Estas medidas, segundo Streeck, foram em grande parte tomadas como resultado dos conflitos sociais que surgiram

em todo o mundo a partir do final dos anos 60. Conflitos, como vimos, que têm sido cada vez mais informais e violentos. De maneira geral, estas medidas seguem um encadeamento em três estágios: primeiro por meio da inflação, depois com o endividamento do Estado e finalmente com uma espécie de “keynesianismo privatizado” (STREECK, 2017, p. 38) que praticamente substitui o governo. Primeiro as populações, depois os Estados e depois as empresas, todos entraram em um novo regime de endividamento crônico. Por isso Streeck salienta que não estamos lidando com uma sequência de crises que se encadeariam uma depois da outra, mas sim com uma acumulação de crises. Não se trata de uma substituição de um regime de dívidas por outro, ao contrário, um regime é implementado na tentativa, até aqui fracassada, de conter o colapso decorrente da medida anterior. “A tripla crise atual é a consequência do colapso desta pirâmide de dívidas, que nasceu de promessas de crescimento que o capitalismo já não era capaz de cumprir” (STREECK, 2017, p. 39). Uma consequência foi que, com as

medidas tomadas pelos governos e bancos centrais para salvar o sistema bancário privado, a distinção entre dinheiro público e privado tornou-se cada vez mais irrelevante, e finalmente, com a aquisição de em-

préstimos ruins, ficou claro o quanto um passou sem problemas para o outro (STREECK, 2017, p. 40).

Assim, conclui o sociólogo,

os três métodos monetários de gerar ilusões de crescimento e prosperidade – inflação, dívida pública, dívida privada – funcionaram sucessivamente durante um período limitado e depois tiveram de ser abandonados, pois começaram a dificultar o processo de acumulação mais do que sustentá-lo (Streeck, 2017, p. 43).

A crise de 2008 foi mais uma ruptura onde a crise, além de se acumular, se aprofundou. Desde então estaríamos diante de uma quarta fase relativa à ação de compra de dívida bancária e estatal pelos bancos centrais. O fato de que “a sociedade enfrenta um futuro aberto e que a história é imprevisível” (STREECK, 2017, p. lvii) não é necessariamente uma boa notícia.

O seu diagnóstico sugere que todas estas medidas tinham como um outro objetivo fundamental separar definitivamente a economia da política, ou seja, separar a esfera econômica das populações do debate público. Ao mesmo tempo, esta acumulação de crises aponta para um fim incerto, espe-

cialmente porque “os meios para controlar as crises de legitimação através da produção da ilusão de crescimento parecem agora ter-se esgotado” (STREECK, 2017, p. 46). “Do ponto de vista atual, tais reações parecem ser tentativas bem sucedidas – que se estendem por mais de quatro décadas – para ganhar tempo” (STREECK, 2017, p. lxii). Dito de outra forma, como estava a tornar-se cada vez mais escasso, o tempo só podia ser comprado com dinheiro. Infelizmente Streeck arrisca uma outra intuição que apontaria ainda para mais longe essa ideia quando nos diz que: “a compra de tempo que adiou e prolongou a crise do capitalismo democrático do pós-guerra está intimamente relacionada com o processo da época do desenvolvimento capitalista que chamamos de ‘financeirização’” (STREECK, 2017, p. lxii). Restaria ao sociólogo desenvolver esta intuição em mais detalhes, mas, seguindo o seu raciocínio e se ele estiver correto, seria possível dizer que o capitalismo tem sobrevivido desde 1945 graças ao esforço desesperado de ganhar tempo com dinheiro.

Não desenvolveremos esta ideia aqui. Seguiremos um caminho diferente e nos concentraremos na introdução de *How Capitalism end?*, livro que antecede *Buying Time*. Streeck, um sociólogo bem integrado no mundo académico alemão e europeu, elabora neste livro um diagnóstico de época radical e não nostálgico que assustou os seus pa-

res. A tese principal é que nada asseguraria que ainda seja possível empurrar o capitalismo adiante, isto é, que o próximo golpe, a próxima crise, não será a última. A situação é da mais “profunda indeterminação” (STREECK, 2016, p. 12). Estaríamos de fato em uma *era da entropia*. A aceleração da desordem sistêmica tem algumas características principais, destaca o sociólogo: reorganização social oligárquica, estagnação do crescimento, ingovernabilidade global, corrupção, pilhagem do domínio público e, sobretudo, na contramão dos alertas feitos por Karl Polanyi, a mercantilização absoluta da terra, do trabalho e do dinheiro. Por um lado, as forças de oposição que, de maneira contraditória, ajudaram a manter o capitalismo vivo obrigando-o continuamente a mudar e se adaptar por se encontrar sob ameaça contínua de uma reviravolta imanente, das quais o modelo clássico de revolução proletária enunciado no *Manifesto do Partido Comunista* era uma das possibilidades, foram destruídas. Por outro lado, de maneira contraditória, o sucesso do capitalismo na destruição dos seus inimigos aceleraria o seu fim. Lembremos, por exemplo, que, para alguém como Adorno (2009), a sociedade capitalista só se mantinha de pé em razão mesmo dos seus antagonismos internos. Sem antagonismo, a sua tendência inerente à autodestruição tem tudo para se realizar. Em parte, foram aqueles que apareciam na origem como os coveiros do capitalismo que o

impediram de cumprir o seu destino autodestrutivo. Na ausência do covão a cova se encontra logo ali ao alcance de um salto mortal que pode levar todo mundo para o buraco. Por outro lado, os medicamentos perversos como a financeirização e as bolhas de commodities parecem cada vez mais esgotados. Não haveria vacina no horizonte do capital. O que encontramos, enfatiza Streeck, é uma multiplicidade de sintomas mórbidos coabitando de maneira muitas vezes contraditória. A tendência é que vários fatores se articulem de maneira imprevisível até causar, diz ele, a morte do capitalismo. É tudo questão de tempo e, sobretudo, da sua falta. O sistema se encontra moribundo por causas endógenas que de maneira crítica trazem consigo uma dinâmica de autodestruição decorrente das suas contradições internas. A principal delas é que a produção de valor tem se tornado cada vez menos possível. O desenvolvimento das forças produtivas atingiu uma dimensão de tal magnitude que ele tende a dessubstancializar o valor das mercadorias em razão da virtual impossibilidade de estas serem medidas pelo tempo de trabalho humano necessário à sua produção. Devido à expulsão aguda de praticamente todo trabalho vivo – a única fonte de valor na produção de mercadorias, segundo Marx –, o sistema se encontra em um estado que precisa se endividar em excesso para continuar sobrevivendo, adiando a sua morte, que, no entanto, vai

ser causada por esse mesmo excesso de capital. O capitalismo estaria morrendo de *overdose* (STREECK, 2016, p. 36).

Esta situação materializa a lógica da desintegração (*Logik der Zerfall*), termo usado pelo próprio STREECK (2016, p. 35) e concebido por Adorno (2009), como lógica fundamental de um processo dialético que se desenrola no sentido inverso ao momento da integração anterior. É interessante também observar que a recuperação e atualização deste conceito também é feita por Paulo Arantes na sua descrição da crise do sistema capitalista (cf. ARANTES, 2014, p. 336). O novo tempo do mundo segue uma lógica desintegradora. O processo de desintegração é experimentado como um “interregno” totalmente aberto. Ele aparece para Streeck como uma “era da entropia”: “antes que o capitalismo vá para o inferno, num futuro próximo ele ficará pendurado no limbo, morto ou prestes a morrer de uma overdose de si mesmo, mas ainda muito por perto, pois ninguém terá o poder de mover seu corpo decadente para fora do caminho”. E ele acrescenta em seguida:

estamos diante de um longo período de desintegração sistêmica, no qual as estruturas sociais se tornam instáveis e pouco confiáveis e, portanto, pouco instrutivas para aqueles que nelas vivem. Uma sociedade que deixa seus membros sozinhos

é, como já foi observado acima, menos do que uma sociedade (STREECK, 2017, p. 36).

O sociólogo parece descrever uma situação geral vivida pelos estratos médio e baixo das sociedades do núcleo do sistema, como também na periferia. Não por acaso, embora suas teorias digam respeito sobretudo ao núcleo orgânico do sistema, ou seja, Europa e EUA, Streeck e Clover chegam ambos a falar de periferização do centro<sup>1</sup>. O que leva o sociólogo a concluir que

a vida em uma sociedade desse tipo exige constante improvisação, forçando os indivíduos a substituir a estratégia pela estrutura, e oferece ricas oportunidades aos oligarcas e senhores da guerra, enquanto impõe incerteza e insegurança a todos os outros, de certa forma como o longo interregno que começou no século V e agora é chamado de Idade das Trevas (STREECK, 2016, p. 36-37);

para além da recaída progressista contida nessa comparação com a idade das trevas, o que é mais importante notar é que, para Streeck, ao contrário de Clover, que insiste na forma informal dos motins, os indivíduos se encon-

tram informalmente sozinhos em meio a uma situação totalmente imprevisível de desintegração sistêmica. As estruturas não são confiáveis, mas como não há tempo para conceituar uma estratégia organizacional, é contra as estruturas instáveis que os indivíduos se encontram forçados a improvisar. Neste ponto Streeck, assim como Clover, observa o frágil entrelaçamento entre a estrutura e a improvisação. Sem integração sistêmica, tudo aparece cada vez mais sob responsabilidade única dos indivíduos. Segundo Streeck, “a vida social em uma era de entropia é por necessidade individualista”, isto é, “o corpo é reduzido a se defender, com *sauve qui peut* e o princípio fundador da vida social” (STREECK, 2016, p. 40). Em outras palavras, “uma sociedade em interregno seria uma sociedade *desinstitucionalizada* ou *subinstitucionalizada*, na qual as expectativas podem ser estabilizadas apenas por um curto período de tempo por improvisação local, e que por isso mesmo é essencialmente ingovernável” (STREECK, 2016, p. 14). O tempo que falta em toda a sua urgência só pode ser gerenciado, ou parado, por um breve momento e, neste, só há improvisação, mesmo que local, que aparece como possível. No nível microscópico da sociedade, o indivíduo se encontra continuamente assombrado por perturbações inesperadas “dependente dos recursos individuais, da improvisa-

<sup>1</sup>Sobre isto, ver o clássico ensaio, de Paulo Arantes, “A fratura brasileira no mundo”, 2004.

ção hábil e da boa sorte” (STREECK, 2016, p. 37). De acordo com Streeck, os indivíduos são forçados a encontrar soluções que desenvolvem uma habilidade improvisada – esta, no entanto, não garante nada, deixando-os muitas vezes a mercê do puro acaso. Como resultado teríamos um sistema subgovernado e subsocial dependente da ação coletiva de “indivíduos individualizados” que procuram se proteger a todo custo da pressão da sociedade para atender a demandas urgentes. Situação onde aparentemente só resta a improvisação. Streeck não define o que pensa como improvisação, mas o termo se repete ao longo de seu texto, sempre em lugares que tratam da relação do indivíduo com o coletivo social decadente.

Streeck não se limita a criticar indivíduos que se veem submissos a várias práticas individualistas que constantemente requerem improvisação. Consistente com sua abordagem, ele evita a armadilha da crítica normativa ou moral, que parece ser a regra na maioria dos casos. Uma crítica que tenha como pressuposto normas deduzidas de uma suposta ordenação do mundo contemporâneo se torna abstrata ou mesmo impossível, uma situação de marcha acelerada rumo à decomposição<sup>2</sup>. A crítica endereçada a um sistema onde a crise é a normalidade e contra o qual elabora uma teoria do colapso não pode ser nor-

mativa. Como sociólogo crítico, Streeck pede um retorno atualizado à prática teórica da crítica cultural da falsa consciência em uma sociedade falsa, em outras palavras, ele pede por uma renovação da crítica da ideologia. Ele propõe alguns pontos de partida possíveis, como, por exemplo, uma crítica ao discurso apologético da disrupção e mesmo da inovação. Esse novo jargão de destruição criativa disfarça no fundo a normalização da tendência à desintegração do mundo. Ele também insiste na necessidade de uma crítica radical à noção de resiliência, ou seja, à positividade do ajuste ou da adaptação forçada e sem resistência. Ao contrário da resiliência, a improvisação não é uma maneira de se adaptar de maneira pacífica ao curso do mundo. Ela demanda um gesto de resistência, de negação, algo ausente do novo jargão que tende a simplesmente positivar tudo que aparece diante de si. Streeck também esboça uma crítica cultural dos quatro eixos principais da reprodução da vida precária em uma era de entropia e competição hedonista: o discurso da esperança, sonho e otimismo (*hoping*); o excesso de compras e consumismo (*shopping*); a normalização da dopagem nos mais diversos níveis (*doping*); e a estratégia de *coping*, que implica

lidar com a forma como os indi-

<sup>2</sup>Wolfgang Streeck elabora uma crítica a esse tipo de crítica normativa em uma resenha do livro *The Lure of Technocracy*, de Jürgen Habermas, publicada com o título: “What about capitalism? Jürgen Habermas’s project of a European democracy”, 2017b.

víduos respondem com improvisações e interrupções sempre novas às sucessivas emergências infligidas por um ambiente social sub-governado e suas flutuações imprevisíveis e ingovernáveis – emergências que eles têm que esperar como normais e às quais devem aprender a se resignar quanto aos fatos da vida (STREECK, 2016, p. 42);

estes quatro sinais de entropia são como normas de uma sociedade sem normas. Contra eles e a aceleração do colapso talvez o que reste seja improvisar.

### Em direção à improvisação

Embora seja uma sociedade ultraindividualizada, ainda há, como vimos, ação coletiva, os motins. Clover diz que os motins são uma ação coletiva desordenada que se depara com limites materiais e temporais e retrocede sem progredir, sem superar ou necessariamente abolir a situação inicial<sup>3</sup>. Uma maneira de articular a ideia de Clover com o diagnóstico do colapso dos corpos sociais, tal como é visto por Streeck seria imaginar o motim como uma ação coletiva cujo resultado é a soma de indivíduos

que improvisam através de suas individualidades despojadas em situações liminares e negativas. Um motim constitui uma massa coletiva informal e provisória, composta por indivíduos, mônadas, um todo que não pode ser sintetizado nem organizado. Um campo de forças entre posições improvisadas contraditórias submissas a uma temporalidade de urgência. A improvisação se situa nas fronteiras, ela é informal. A insistência de Streeck no uso do termo sugere que ela gere o impasse sem sabermos necessariamente se a improvisação vai superar, reprimir ou adiar a situação. A improvisação é um limite sendo ao mesmo tempo uma maneira de lidar com os limites. Com a sua maneira de lidar com o encurtamento objetivo do tempo, a improvisação aparece como uma “espera em movimento” (ARANTES, 2014, p. 187).

Dentre as várias dificuldades para pensar uma teoria da improvisação podemos destacar duas. Uma é como pensar a passagem do nível individual para o coletivo. Embora a improvisação seja necessariamente algo que lida com um curto espaço de crise, essa mediação não pode ser feita de maneira abrupta. O motim aparece como um momento coletivo excepcional de uma vida individualizada em um mundo infrassocial, entrópico, totalmente sem forma e

<sup>3</sup>É importante ressaltar que um limite evidente da teoria de Clover é não ter enxergado a possibilidade da extrema direita se aposar e se manifestar sob a forma informal do motim. A possibilidade de extrema-direita popular e amotinada, a mesma que invadiu o Capitólio, é totalmente ausente do seu livro. Streeck é mais prudente e guarda uma posição pessimista que só vê um novo tipo de extrema-direita neoliberal e libertária como horizonte possível.

que requer do indivíduo um certo tipo de improvisação contínua. Falta elaborar um modelo de improvisação capaz de levar em conta, de maneira negativa, a lógica de fragmentações sociais buscando novas práticas políticas, cujas formas assumam o fato de que não existe mais longo prazo. Um outro problema é que, no estado de crise contínua do mundo presente, tudo pode rapidamente se tornar uma ritualização. A ritualização das manifestações dos *Gillets Jaunes* que aconteciam, até a chegada da pandemia do covid-19, religiosamente, todos os sábados, com hora marcada, parece ser um sinal determinante desse risco de ritualização. O risco de recair em um *loop* infinito de repetição incessante do nada, como uma espécie de *rave* política, é constante. Na época da hegemonia do motim, deve-se compreender sua informalidade em toda a sua descontinuidade. A urgência do tempo e a sua tendên-

cia à entropia não são sensações subjetivas, mas constituem objetivamente a situação na qual os indivíduos se encontram inseridos. Isto é, ao contrário do que projeta Clover, não haveria desenrolar lógico até a comuna, esta é apenas uma das possibilidades. Em uma era de expectativas decrescentes, uma maneira de sair da ritualização é não manter apegos fetichistas que induzem à repetição de algo que ficou para trás. O interesse de insistir na improvisação, como parece perceber Streeck, é que ela não se repete. Ela quebra a tendência ao rito. Uma chave pode estar em aprofundar a elaboração da ideia de Clover do motim como uma tática espontânea, e não como uma estratégia, na qual os despossuídos se engajam sem necessariamente ter a expectativa de superar uma situação anterior. A superação pode ou, o que é mais provável, não acontecer. Só improvisa aquele que não tem medo da despossessão do objeto.

## Referências

- ADORNO, T. W. *Dialética negativa*. Tradução de Marco Antonio Casanova. São Paulo: Zahar, 2009.
- ARANTES, P. "A fratura brasileira no mundo". In: ARANTES, P. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.
- ARANTES, P. *O Novo Tempo do Mundo e outros estudos sobre a Era da Emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARRIGHI, G. *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*, Londres, Nova Iorque: Verso, 2016.
- ARRIGHI, G. "Tarifa zero e mobilização popular". In: *Blog da Boitempo*, 2013. Disponível em [<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/03/tarifa-zero-e-mobilizacao-popular/>]; acessado em [20/10/2021].
- CHAMAYOU, G. *La société ingouvernable: une généalogie du libéralisme autoritaire*. Paris: La Fabrique, 2018.
- CLOVER, J. *Riot. Strike. Riot: the era of uprising*. Londres, Nova Iorque: Verso, 2016.
- DARDOT, P., LAVAL, C. *Ce Cauchemar qui n'en finit pas. Comment le néolibéralisme défait la démocratie*. Paris: La Découverte, 2016.
- KLEIN, N. *La Stratégie du choc. La montée d'un capitalisme du désastre*. Paris: Babel, 2008.
- KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz Terra, 1992.
- KURZ, R. "Os últimos combates". *Os últimos combates*. São Paulo: Vozes, 1998.
- RIGOUSTE, Mathieu. *La Domination policière*. Paris: La Fabrique, 2021.
- ROSA, Hartmut. *Accélération. Une critique sociale du temps*. Paris: La Découverte, 2013.

STREECK, W. *How Capitalism end? Essays on a falling system*. Londres, Nova Iorque: Verso, 2016.

STREECK, W. *Buying time: the delayed crisis of democratic capitalismo*, 2ªed. Londres, Nova Iorque: Verso, 2017.

STREECK, W. "What about capitalism? Jürgen Habermas's project of a European democracy". In: *European Political Science*, 2017b, vol. 16, n. 2, pp. 246-253.

**Recibido:** 01/11/2021

**Aprobado:** 13/11/2021

**Publicado:** 31/12/2021

